

A LÓGICA DA INICIATIVA DE SEGURANÇA GLOBAL DA CHINA

Por Pu Yiyuan*



Militares de países membros da OTAN realizam manobras no Exercício Dragon 2024 (OTAN).

Nos últimos anos, a China reiterou o conceito de “segurança comum” como um princípio fundamental aplicado às relações internacionais.

Nos últimos anos, a China reiterou o conceito de “segurança comum” como um princípio fundamental aplicado às relações internacionais. Uma vez que os Estados soberanos agem entre si em termos de *realpolitik*, mais do que de direito e normas internacionais, a China considera necessário reconstruir uma arquitetura de segurança equilibrada, eficaz e sustentável para assegurar as preocupações de segurança legítimas e razoáveis de todos os países do mundo globalizado.

De acordo com a Iniciativa de Segurança Global (GSI, *Global Security Initiative*) emitida em 2023, a China apelou que “os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas devem ser observados, enquanto as preocupações legítimas de segurança de todas as partes devem ser abordadas de forma responsável”. É saliente que a segurança comum deve ser o pré-requisito para o desenvolvimento global devido ao crescimento desigual e ao *status* injusto entre o Norte Global e o Sul Global, que representa mais de 80% da população global.

Logicamente, a ideia de segurança comum remonta ao sistema estatal europeu moderno, há séculos atrás. Sustentou-se que um sistema de estados independentes poderia manter a liberdade de cada um sem minar o ideal de uma sociedade internacional devido aos princípios do equilíbrio de poder e da segurança não exclusiva, que visava servir os interesses comuns gerais de todos os estados pelo meios de diplomacia multilateral. No entanto, uma vez que os

Estados Unidos estão obcecados com uma ordem mundial unilateral anterior baseada na sua primazia, minimizaram a importância da segurança comum nas relações internacionais. Consequentemente, isso não só resultou no conflito em grande escala na Ucrânia, mas também levou a impactos seminais no cenário geopolítico global, na crise energética e na escassez de alimentos.

Em 12 de março, o Representante Permanente Adjunto da China nas Nações Unidas, Gneg Shuang, pediu à União Europeia (UE) que defendesse a ideia de segurança comum em uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) sobre a cooperação ONU-UE. A lógica subjacente ao apoio da China à cooperação ONU-UE, de acordo com a Carta das Nações Unidas, pode ser vista como o seu esforço para dar maiores contribuições para a manutenção da paz e segurança internacionais, melhorar o bem-estar da humanidade e enfrentar os desafios globais. Assim, a China espera que tal cooperação seja orientada pelos princípios do multilateralismo, da segurança comum e de um futuro compartilhado para a humanidade.

Enquanto “berço” do sistema internacional moderno apoiado pelas economias e tecnologias avançadas, a UE deverá desempenhar o papel de defender os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas, respeitando o direito internacional e as normas básicas universalmente reconhecidas das relações internacionais, defendendo o sistema multilateral com as Nações Unidas no seu núcleo e, eventualmente, promovendo a solidariedade, a reciprocidade e o progresso entre as nações em linha com o multilateralismo. Intelectualmente, a China defende que a segurança de qualquer país não pode ser garantida à custa da segurança de outros, mencionando que não há base para alcançar a segurança regional através do fortalecimento ou mesmo da expansão de blocos militares.

Também na teoria e na realidade, as preocupações legítimas de segurança de todos os países devem ser levadas a sério e abordadas de forma adequada. Para esse efeito, a UE precisa de agir de forma independente e responsável, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, para promover uma solução política para questões críticas e para resolver conflitos e disputas por meios pacíficos. Exige que a UE trabalhe com outros Estados-membros da ONU para promover o consenso e medidas orientadas para a ação na Cúpula do Futuro, a ser realizada ainda este ano, e, ao fazê-lo, enviar um sinal positivo ao mundo sobre a abertura de novas perspectivas para a comunidade internacional. A longo prazo, a resolução final da crise na Ucrânia deverá passar pelo diálogo e pela negociação. A UE, como parte interessada importante, deve agir com sabedoria para promover uma solução política e criar condições favoráveis para uma arquitetura de segurança equilibrada, eficaz e sustentável na Europa.

No entanto, as dificuldades decorrem da afinidade da UE com a OTAN, maior aliança militar do mundo na história. Uma vez que a primazia dos EUA é incomparável na OTAN, isto levou ao cenário em que os Estados-membros da UE, que são quase todos membros da UE, serviram à estratégia geral da OTAN liderada pelos EUA. Por um lado, a China espera que a UE assuma maior responsabilidade na gestão das questões locais, como as da África, do Oriente Médio e da Ucrânia em particular. Politicamente, a China atribuiu grande importância às suas relações com a UE, que tem sido uma força importante no processo de multipolarização. A China vê com satisfação a UE reforçar sua autonomia estratégica e desempenhar

um papel mais importante nos assuntos internacionais, como na manutenção da paz e da segurança internacionais. A longo prazo, a China está disposta a promover a cooperação a vários níveis com a UE e a salvaguardar a paz mundial, promover o desenvolvimento comum e reforçar a governança global.

Por outro lado, porém, o que a China precisa compreender estrategicamente é a presença da OTAN, que inclui 22 membros de um total de 27 Estados-membros da UE. Perante isto, é cauteloso afirmar que a UE deve manter o consenso estratégico com a OTAN, que tem sido dominada pelos Estados Unidos desde o primeiro dia da sua criação. No seu relatório anual de 2023, o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, disse que “a OTAN tornou-se maior e mais capaz à medida em que a aliança acolheu a Finlândia e a Suécia como novos membros”. Em um sentido geopolítico, os países nórdicos, incluindo a Noruega, a Suécia e a Finlândia, também encerraram os exercícios militares da Resposta Nórdica 2024, iniciados na semana passada, centrando-se na defesa e proteção da região norte da OTAN. Notavelmente, o exercício militar aéreo, terrestre e marítimo envolveu mais de 20.000 militares de 13 países. Em resposta, o presidente Vladimir Putin disse que a Rússia iria mobilizar as suas tropas regulares e estratégicas e sistemas de ataque perto das fronteiras da vizinha Finlândia e da Suécia após sua adesão à OTAN.

Historicamente, as origens da OTAN visavam conter a União Soviética na época, em linha com o esquema britânico de que “para manter a Alemanha sob controle e manter a Rússia fora, a Europa deve manter os Estados Unidos dentro”. No entanto, após o colapso da antiga União Soviética, não faz sentido manter a expansão para Leste de forma consistente, uma vez que a expansão da OTAN acelera geopoliticamente o ciclo vicioso de intensificação da tensão militar na região. Agora, de uma perspectiva geoestratégica, a entrada da Suécia na OTAN intensificará o confronto entre a Rússia e o Ocidente na região do Mar Báltico. Dado que os países bálticos há muito que mantêm uma atitude defensiva e vigilante em relação à Rússia, a OTAN exercerá maior pressão militar para formar uma dissuasão estratégica contra a Rússia. Além disso, a adesão da Finlândia e da Suécia à OTAN cortou unilateralmente o canal de comunicação entre a Rússia e a aliança. Desde que os antigos estados neutros aderiram à aliança militar, esta está destinada a uma maior deterioração do ambiente de segurança externa da Rússia e a mudanças no cenário de segurança europeu. Consequentemente, a Rússia fará todos os esforços para consolidar as suas forças militares do noroeste em resposta à ameaça real da OTAN.

Agora, de volta à resolução final da questão da Ucrânia, Pequim apelou a todas as partes envolvidas para que a crise se processe através do diálogo e da negociação. Dado que a UE é uma parte interessada importante na Europa agora e no futuro, Bruxelas deveria fazer mais para promover a resolução política e criar condições favoráveis para uma arquitetura de segurança equilibrada, eficaz e sustentável na Europa. É isto que a China definiu como “segurança comum”.

Publicado no [Modern Diplomacy](#).

**Pu Yiyuan é professor na Escola de Assuntos Públicos e Internacionais da Universidade de Jilin, Changchun, China.*
